

ILHA DE VILLEGAGNON: A SENTINELA

Aspirante Marcelo Tavares de Barros

QUEM FOI VILLEGAGNON

Nasceu em Provins em uma data desconhecida de 1510, no seio de uma família católica importante na região. Sua família foi nobilitada em 1513, de acordo com alguns de seus biógrafos, ou 1516, segundo outros.

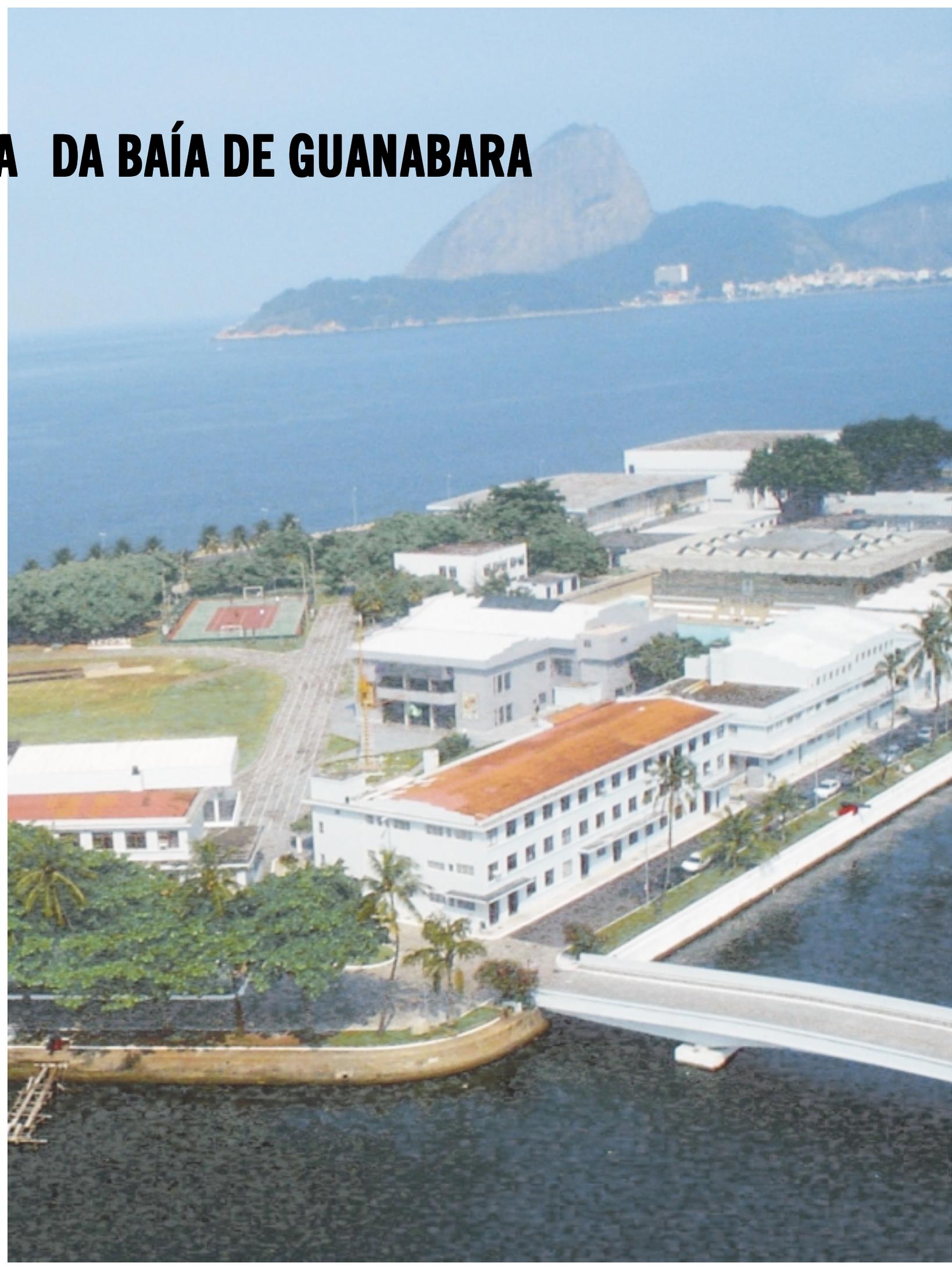
Aos onze anos de idade, quando perdeu o pai, um magistrado, o jovem Villegagnon já possuía bons conhecimentos de latim, a língua franca da época. Nesse momento, a mãe decidiu encaminhá-lo para Paris (1521), a fim de prosseguir os estudos. Ali, o jovem se estabeleceu no Hôtel des Auges, freqüentando os colégios religiosos La Manche e

Montaigne, onde foi colega do jovem Calvino. Estas instituições o prepararam para o ingresso na Universidade de Paris, onde concluiu o curso de Direito, aos vinte anos de idade (1530).

Os seus biógrafos são acordes em descrevê-lo como um indivíduo alto, de boa aparência, simpático, bem-falante, culto, hábil no manejo das armas, sempre bem-vestido (mesmo entre os indígenas brasileiros), respeitoso com os seus superiores, determinado, profundamente religioso e conhecedor da teologia católica.



A DA BAÍA DE GUANABARA



Ao concluir os seus estudos, Villegagnon tentou ser admitido como advogado pelo Parlamento de Paris. Após essa tentativa, entretanto, veio a abandonar o projeto de uma carreira como advogado, tendo solicitado o seu ingresso na escola de navegação da Ordem de Malta, que naquela época se instalava na ilha de Malta, com o fim de patrulhar as águas do Mediterrâneo, à época infestadas de piratas argelinos.

CAVALEIRO DA ORDEM DE MALTA

Villegagnon permaneceu em treinamento entre 1531 e 1540, em terra e nas galeras, aperfeiçoando-se na arte militar, de marinharia, da diplomacia e nas línguas, passando a dominar o italiano, o espanhol e o grego.

DIPLOMATA

Em 1540, foi enviado a Veneza, onde fez amizade com o poeta François Rabelais. Ali, o embaixador francês outorgou-lhe a missão de correio diplomático, incumbindo-o de entregar uma missiva de Francisco I de França ao sultão da Turquia, Solimão, o Magnífico. No retorno, trouxe a resposta do sultão até Turim (1541), onde conheceu e fez amizade com outro poeta, Pierre de Ronsard, sendo encarregado de entregar ao soberano as plantas das principais fortalezas do Ducado de Milão.

Tendo alcançado as boas graças do soberano, Villegagnon foi incorporado pela diplomacia francesa ao grupo de quatrocentos cavaleiros de Malta que integrou o exército do Imperador Carlos V o qual marchou sobre Argel. A sua função era a de observador de campanha, reportando-a ao soberano francês. Villegagnon destacou-se em combate, vindo a ser ferido no braço esquerdo por um golpe de lança. O próprio Imperador teria confortado Villegagnon na ocasião.

No retorno, convalescendo em Roma, Villegagnon escreveu um pequeno livreto de 24 páginas, narrando a campanha: *Carolus V Imperatoris Expeditio in Africam ad Argeriam*, obra que alcançou edições em Veneza, Antuérpia e Nuremberg (em latim) e em Lyon (em francês), tendo agradado ao Imperador, à Corte e ao rei da França.

A missão seguinte de Villegagnon foi a de se dirigir a Budapeste, a fim de observar a concentração das forças de Carlos V e das de seu oponente, Suleimão, em termos de situação militar, quantidade e qualidade de tropas, armamentos e fortificações, o que desempenhou em poucas semanas (1542).

De volta à Itália, destacou-se na batalha de Cérises, vencida pelos franceses contra as tropas de Milão. De lá passou, às pressas, para Ponte Stura, com a missão de fortificar aquele castelo. Nesta fase, a atuação de Villegagnon no Norte da Itália estendeu-se até 1547.

Henrique II da França também confiou missões diplomáticas a Villegagnon na Itália. Em Paris, entretanto, confiou-lhe a missão de varrer os piratas ingleses da costa da Bretanha, o que Villegagnon concluiu em poucas semanas, com o afundamento de cinco galeras inglesas.

Confiante neste sucesso, o soberano francês incumbiu Villegagnon de uma nova e arriscada missão: o rapto da pequena Maria Stuart da Escócia, furtando-se ao rígido esquema de vigilância da esquadra inglesa. No comando de quatro galeras, entre as quais a própria galera real, com remadores especialmente escolhidos nos cárceres franceses por seu ódio à Inglaterra, mediante a promessa de libertação, Villegagnon aproveitou-se do desembarque de uma força de seis mil franceses em Leith, na Escócia, para contornar o Norte do país, subindo o rio Clyde até ao Castelo de Dumbarton, onde embarcou a sua pequena passageira. Em agosto de 1548, desembarcaram em solo francês, próximo a Brest.

No auge de sua fama, Villegagnon retornou à Escócia transportando dobrões de ouro franceses para auxiliar os nobres católicos escoceses a resistirem contra os ingleses, participou da defesa de Firth, arrasou as instalações inglesas na ilha de Guernsey e atacou as embarcações inglesas que encontrou em seu caminho.

Em 1551, Villegagnon dirigiu-se à ilha de Malta para auxiliar na sua defesa diante do cerco imposto pelos Turcos, que chegaram a ocupar a vizinha ilha de Gozo naquele ano. Vitorioso, regressava a Paris com uma carta do Grão-mestre da Ordem de Malta para o rei da França, quando a sua nau foi capturada pelos austríacos, sendo Villegagnon aprisionado no Castelo de Cremona. Apelando a Carlos V, conseguiu a sua libertação.

Em setembro de 1552, recebeu do soberano francês a incumbência de fortificar o porto de Brest, ameaçado pela marinha inglesa, sendo nomeado Vice-almirante da Bretanha. Note-se que Villegagnon não foi Almirante de França, e sim da Bretanha.

VILLEGAGNON OU VILLEGAGNON?

O sobrenome Villegaignon, com um “i” antes do segundo “g”, figura em uma assinatura fac-similada por Arthur Heullard (1897). Embora Paul Gaffarel, o

próprio Heullard e Peillard, seus principais biógrafos, tenham ignorado o “i”, Chermont de Brito (1985), no Brasil, optou por grafar Villegaignon. A utilização das duas formas é correta (e corrente no Brasil) – a forma “ai” é antiquada.

COLONIZAÇÃO FRANCESA – A FRANÇA ANTÁRTICA

ANTECEDENTES

No verão de 1554, Nicolas Durand de Villegaignon visitou secretamente a região do Cabo Frio, na costa do Brasil, onde seus compatriotas habitualmente escambavam. Ali obteve valiosas informações junto aos Tamoios, informando-se dos hábitos dos portugueses naquele litoral, colhendo dados essenciais ao futuro projeto de uma expedição para a fundação de um estabelecimento colonial. O local escolhido ficava a cerca de duzentos quilômetros ao Sul: a baía de Guanabara, evitada pelos portugueses devido à hostilidade dos indígenas na região. O projeto concebia transformá-la em uma poderosa base militar e naval, de onde a Coroa Francesa poderia tentar o controle do comércio com as Índias. Embora na ocasião não a tenha visitado, estava acerca dela bem informado por André Thévet, que a havia visitado por duas vezes, estando ciente de que os portugueses receavam os Tupinambás, indígenas ali estabelecidos. Na ocasião, fez boas relações com ambos os povos (Tamoios e Tupinambás), recolhendo, além de valiosas informações, uma boa carga, com a qual lucrou ao retornar à França.

Em seu retorno à Corte, fez uma demorada exposição de quatro horas ao soberano e a Diana de Poitiers, convencendo-os das vantagens de uma colônia permanente na costa do Brasil.

Em fins de 1554, o soberano ordenou ao seu principal ministro, Gaspar de Coligny (ainda católico à época), a preparação de uma expedição sigilosa ao Brasil, cujo comando entregou a Villegaignon. Embora tenha fornecido recursos modestos (apenas dez mil libras), os armadores de Dieppe (base do armador Jean Ango, experiente com a costa brasileira) decidiram investir na expedição. À falta de voluntários para integrá-la, Villegaignon percorreu as prisões da região Norte da França, prometendo a liberdade a quem quer que se lhe juntasse.

Para não despertar a atenção do Ministro de Portugal na França, Villegaignon fez espalhar a notícia de que a expedição se dirigia à costa da Guiné.

A VIAGEM

A expedição zarpu de Dieppe a 14 de agosto de 1555, com duas naus e uma naveta de mantimentos, nas quais se comprimiam cerca de seiscentas pessoas. Villegaignon era protegido por uma pequena guarda pessoal de escoceses. A expedição era integrada por um índio Tabajara, na qualidade de intérprete, na companhia de sua esposa, francesa. Acompanhava-a, ainda, André Thevet, que legou um relato sobre os primeiros momentos do estabelecimento: “Les singularites de la France Antarctique”. Mais tarde, ele se tornaria o principal cosmógrafo de Carlos IX de França. Por razões de saúde, entretanto, Thevet retornaria à França a 14 de fevereiro de 1556. Destacavam-se ainda, os seguintes passageiros:

- . Boissy, sobrinho de Villegaignon, senhor de Boisle-Comte;
- . Nicolas Barré, ex-piloto, que também deixou uma memória da expedição: “Discours de Nicolas Barré sur la navigation du Chevalier de Villegaignon en Amérique” (Paris: Le Jeune, 1558); e
- . dois beneditinos, conhecedores de botânica, que criaram a primeira escola católica na Guanabara.

Os objetivos da expedição eram:

- . instalar núcleos colonizadores para o comércio com a Metrópole; e
- . interferir no comércio marítimo com as Índias.

Após serem repelidos nas ilhas Canárias pela artilharia da guarnição espanhola de Tenerife, alcançaram a costa do Brasil, na altura de Búzios, a 31 de outubro.

O ESTABELECIMENTO NA GUANABARA

Tendo atingido a baía de Guanabara em 10 de novembro de 1555, após tomar posse da ilha de Serigipe, escolhida como local de estabelecimento da principal defesa da França Antártica, principiou-se a instalação. Para esse fim, foram providenciados alojamentos em terra e desembarcados homens, armas, munições e ferramentas. Apesar das dificuldades com a mão-de-obra européia, graças ao auxílio dos indígenas, uma fortificação foi concluída em três meses. Ao fim de alguns meses, entretanto, essa mão-de-obra cansou-se dos presentes que recebia, assim como do excesso de trabalho, uma vez que os franceses se esquivavam das tarefas mais pesadas. O Forte Coligny dispunha de cinco baterias apontadas para o mar.

AS DIFICULDADES

Após alguns meses, compreendendo a precariedade da sua posição, solicitou ao soberano um efetivo de três a quatro mil soldados profissionais, centenas de mulheres para casarem aqui e operários especializados.

Em 14 de fevereiro de 1556, dois dias após a partida de Bois-le-Comte e André Thevet para a França, ocorreu a primeira revolta na França Antártica: trinta conjurados, liderados por um intérprete normando que fora obrigado a casar-se com uma indígena, planejaram o assassinato de Villegagnon, defendido por apenas oito homens de sua guarda escocesa.

Imaginando contar com a colaboração de um dos guardas, insatisfeito, prometeram-lhe um vultoso prêmio. O guarda, entretanto, não confiou nos rebeldes, avisando a Nicolas Barré. Denunciada, a conspiração foi abortada e reprimida exemplarmente: o líder evadiu-se, dois conspiradores foram julgados pelo Conselho da colônia e executados na forca, e os demais alcançaram penas menores.

Com referência às relações entre colonos, predominantemente do sexo masculino, com as indígenas, Villegagnon exigiu o casamento dos franceses com elas perante o notário da expedição. Como resultado, muitos franceses fugiram para a floresta, passando a viver entre os indígenas. Alguns se casaram contra a vontade, outros se rebelaram e foram punidos, até mesmo ameaçados de morte.

Patentes as dificuldades de disciplina, crescia o descontentamento entre os colonos, muitos franceses tendo aproveitado a visita de navios mercantes para retornar ao país. Outro ponto de atrito foi a discordância de Villegagnon quanto à prática da antropofagia por seus aliados Tupinambás.

HENRIVILLE

A etapa seguinte foi a instalação da colônia em terra firme, na região da atual praia do Flamengo, entre a foz do rio Carioca e o outeiro da Glória, o que se iniciou em meados de 1556. Denominada de Henriville, em homenagem ao rei Henrique III de França, foi erguida com os tijolos fabricados em uma olaria assinalada nas ilustrações da época como "briqueterie". As suas casas foram destruídas pelo assalto português de 1560: ali viviam cerca de sessenta franceses, conforme carta de Villegagnon ao Duque de Guise.

UM REFÚGIO HUGUENOTE

O comércio francês com a baía de Guanabara, a esta altura, já se desenvolvia com regularidade.

Entretanto, acirrando-se as lutas religiosas na França, tendo Coligny se convertido à Reforma Protestante, começou a cogitar na França Antártica como um possível refúgio para os huguenotes.

Dessa forma, estando o rei da França impossibilitado de enviar os recursos requisitados por Villegagnon, por falta de meios à época, Gaspar de Coligny solicitou a Genebra, reduto Calvinista, que levasse um grupo de Calvinistas ao Brasil, a fim de estudar a possibilidade de para ali transferir milhares de protestantes perseguidos na França. Foram, desse modo, indicados dois pastores:

- . Pierre Richer, um homem maduro, de cerca de cinqüenta anos de idade; e
- . Guillaume Chartier, um jovem que ainda estudava Teologia em Genebra.

Nove outros indivíduos foram aceitos no grupo, ao qual se juntou ainda Jean de Lery. Os gastos correram por conta de Coligny e do próprio Villegagnon.

O grupo partiu da França a 19 de novembro de 1556, em três barcos, comandados por Bois-le-Comte. Transportavam, no total, cerca de trezentas pessoas, inclusive cinco moças para se casarem no Brasil. Sem poderem abastecer nas Canárias, necessitaram assaltar navios portugueses e espanhóis para obter água e provisões, racionados durante a viagem, marcada, de resto, pela indisciplina a bordo. A 26 de fevereiro de 1557 chegavam à baía de Guanabara. Embora decepcionado com o modesto reforço, Villegagnon acolheu afavelmente os recém-chegados, tendo escrito a Calvino a carta de 31 de março de 1557, na qual expôs as suas dificuldades.

Quando os pastores calvinistas regressaram à França no início de 1558, Villegagnon dispunha apenas de oitenta homens, entre franceses e escoceses. Diante das acusações dos calvinistas, na França, Villegagnon retornou para justificar-se (1559), deixando em seu lugar o sobrinho, Bois-le-Comte, à testa do estabelecimento.

A EXPEDIÇÃO DE 1560

Em meados de 1557, com a morte de D. João III, assumiu como Regente a sua esposa, Catarina de Áustria, uma vez que o herdeiro do trono português, D. Sebastião, era apenas uma criança.

Na ausência de Villegagnon, em 1559, o terceiro Governador-Geral do Brasil, Mem de Sá (1558-1572), tendo recebido em Salvador informações do trânsito de Jean de Cointa e, em novembro desse ano, o reforço da frota sob o comando de Bartolomeu de Vasconcelos



Esquema do ataque de Mem de Sá aos franceses na baía de Guanabara, em 1560 (autoria desconhecida, 1567).

Cunha, preparou uma expedição para o assalto à Guanabara.

Em duas naus e oito embarcações menores, fez vela para o Sul, com escalas nas Capitânicas de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, onde recebeu reforços. As suas forças alcançaram a Guanabara a 21 de fevereiro, capturando uma nau francesa, carregada. Entretanto, apenas a 15 de março, após receber os contingentes aguardados da Capitania de São Vicente, Mem de Sá enviou um ultimato ao comandante do forte: era uma sexta-feira, pelas quatorze horas.

Bois-le-Comte respondeu afirmando a sua intenção de defesa da praça, rompendo as hostilidades ao entardecer do próprio dia 15. Os portugueses foram bem sucedidos no ataque a que chamaram “ilha das Palmeiras”, conseguindo conquistar o Forte na madrugada de 16 para 17, arrasando-o no dia 17, um domingo.

Mem de Sá retornou a Salvador sem, no entanto, deixar guarnição na Guanabara, de vez que não dispunha de gente e nem de recursos para tal. Os defensores franceses que, entretanto, conseguiram se evadir para o continente com o auxílio dos nativos continuaram, nos meses seguintes, as suas atividades de comércio em terra firme.

FORTE COLIGNY – A CONSTRUÇÃO

O Forte Coligny (em francês, Fort Coligny) localizava-se na ilha de Serigipe (atual ilha de Villegagnon), no interior da baía de Guanabara, na atual cidade e estado do Rio de Janeiro, no Brasil.

Esta fortificação foi o núcleo do estabelecimento colonial francês conhecido como França Antártica. Seu nome foi uma homenagem a Gaspar de Coligny.

A CONSTRUÇÃO

Principiada ainda em 1555, após uma frustrada tentativa de estabelecimento de uma bateria artilhada na Isle Rattier (atualmente chamada Ilha da Laje), em março de 1557, uma segunda expedição, sob o comando do Capitão Bois-le-Comte, sobrinho de Villegagnon, chegou à Guanabara com reforços: três navios novos e bem artilhados, transportando 290 colonos.

O calvinista Jean de Léry, integrante desse reforço, resumiu a chegada dos primeiros franceses (“Histoire d’un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amerique”. La Rochelle, 1578):

“(…) Assim, antes de partir de França, Villegagnon prometeu a alguns honrados personagens que o acompanharam, fundar um puro serviço de Deus no lugar em que se estabelecesse. E depois de aliciar os marinheiros e artesãos necessários, partiu em Maio de 1555, chegando ao Brasil em novembro, após muitas tormentas e toda a espécie de dificuldades.



Mapa francês da baía de Guanabara, c. 1555. Note-se o “Fort de Coligni” no interior da baía.

Aí aportando, desembarcou e tratou imediatamente de alojar-se em um rochedo na embocadura de um braço de mar ou rio de água salgada a que os indígenas chamavam Guanabara e que (como descreverei oportunamente) fica a 23° abaixo do Equador, quase à altura do Trópico de Capricórnio. Mas o mar daí o expulsou. Constrangido a retirar-se avançou quase uma légua em busca de terra e acabou por acomodar-se numa ilha antes deserta, onde, depois de desembarcar sua artilharia e demais bagagens, iniciou a construção de um forte, a fim de garantir-se tanto contra os selvagens como contra os portugueses que viajavam para o Brasil e aí já possuem inúmeras fortalezas.” (LÉRY, 1972:22)

Especificamente sobre a ilha e a sua fortificação, prossegue:

“Uma légua mais adiante, encontra-se a ilha onde nos instalamos e que, como já observei, era desabitada antes de Villegagnon chegar ao país; com meia milha de circunferência e seis vezes mais comprida do que larga, e rodeada de pedras à flor d’água, o que impede se aproximem os navios mais perto do que a distância de um tiro de canhão, e a torna naturalmente fortificada. Com efeito ninguém pode ali atracar, nem mesmo em pequenos barcos, a não ser pelo lado do porto, situado em posição contrária ao mar alto. Bem guarnecida, não fora possível forçá-la nem surpreendê-la, como depois de nosso regresso o fizeram os portugueses por culpa dos que lá ficaram. Ademais, nas extremidades dessa ilha existem dois morros nos quais Villegagnon mandou construir duas casinhas, edificando a sua, em que residiu, no centro da ilha em uma pedra de cinqüenta a sessenta pés de altura. De ambos os lados desse rochedo, aplainamos e preparamos pequenos espaços onde se construíram não só a sala, onde nos reuníamos para a prédica e a refeição, mas ainda vários outros abrigos em que se acomodavam cerca de oitenta pessoas, inclusive a comitiva de Villegagnon. Entretanto, a não ser a casa situada no rochedo, construída com madeiramento, e alguns baluartes para artilharia, revestidos de alvenaria, o resto não passava de casebres de pau tosco e palha construídos à moda dos selvagens, que de fato os fizeram. Eis, em poucas palavras, em que consistia o forte que Villegagnon denominou Coligny, pensando ser agradável ao senhor Gaspar de Coligny, almirante de França, sem o apoio do qual, como já disse no início, jamais tivera meios de fazer a viagem nem de construir nenhum forte no Brasil”. (op. cit., p. 68-69)

O forte foi penosamente erguido com a mão-de-obra indígena (cerca de quarenta escravos adquiridos aos Tupinambás) e dos colonos:

“(…) Como sobremesa [ao jantar da recepção] própria para refazer-nos dos trabalhos do mar mandaram-nos carregar pedras e terra para as obras do forte de Coligny, que se achava em construção. (...) Assim, já de chegada e nos dias seguintes, sem necessidade nenhuma e sem nenhuma atenção ao estado de debilidade em que nos encontrávamos por causa da viagem, (...)

obrigou-nos Villegagnon a carregar terra e pedras para o seu fortim e isso desde a madrugada até à noite, apesar de nossa fraqueza, o que por certo constituía um tratamento mais rude que fora de esperar de um pai. Todavia (...) não houve entre nós quem não trabalhasse com alegria, acima de suas forças e por espaço de quase um mês naqueles serviços a que não estávamos acostumados”. (op. cit., p. 52-53).

Entre as fontes portuguesas, o soldado Luís da Costa, integrante das forças de Mem de Sá, assim descreveu o conjunto:

. Sobre o penedo, após a chamada colina das Palmeiras:

“Tinham [os Franceses] no baixo um baluarte feito em um penedo ao picão, coisa muito forte e com muita artilharia e munições”. (Testemunho dos soldados in: Instrumento dos Serviços de Mem de Sá. Anais da Biblioteca Nacional, t. XXVIII, p. 183)

. Sobre a fortaleza do alto:

“Tinha muita artilharia de fogo grossa e miúda, espingardas e lanças e corpos d’armas. (...) e não se podia entrar nela senão por um caminho em rochedo que seria de largura obra de três ou quatro palmos, e com guaritas e baluartes, tudo temeroso”. (op. cit., p. 183.)

A CONQUISTA

Embora a colônia tenha apresentado um bom desenvolvimento inicial, as rígidas normas disciplinares de Villegagnon acabaram por dividir os colonos. Desde fevereiro de 1556, parte deles abandonou o abrigo da ilha para viver com os indígenas, parte retornou à França, onde as suas denúncias fazem abortar a organização de uma terceira expedição com reforços. Em outubro de 1558, Villegagnon voltou à França, deixando Bois-le-Comte no governo da França Antártica.

Nesse momento ocorreu a reação dos portugueses, que armaram uma expedição para expulsar os invasores. Sob o comando do Governador Geral Mem de Sá (1558-1572), 120 portugueses apoiados por cerca de 140 índios flecheiros em canoas, Tupinambás e Temiminós, cercaram a ilha, defendida por 74 franceses com o apoio de cerca de 1.000 índios Tamoios, intimando Bois-le-Comte à rendição. Ante a negativa, após vinte dias de cerco, atacaram o fortim na manhã de 15 de março de 1560.

Um marujo português, nadando até à ilha, fez saltar o paiol de pólvora, levando os franceses a desistirem da luta e fugir, a maioria para a França e cerca de 20 para o continente, onde se abrigaram junto aos aldeamentos indígenas aliados. A fortificação assim conquistada (16 de março) foi arrasada, uma vez que

Mem de Sá, com os navios avariados e poucos homens, não dispunha de recursos para um estabelecimento definitivo na baía de Guanabara, regressando, a 3 de Abril, a Salvador.

Outro testemunho da aventura francesa na Guanabara é dado pelo frade franciscano André Thévet, que, integrando a primeira expedição, aqui permaneceu de Novembro de 1555 a Janeiro de 1556, publicando as suas observações na obra “Les singularites de la france antartique” (1557). O ataque português à chamada “Isle Henri” (1560) está relatado em carta do mesmo Thévet publicada na obra “La cosmographie universelle” (1571).

Pelo lado português, dispomos do relato do padre José de Anchieta, integrante da frota de Mem de Sá:

“Agora esta outra ilha ergue suas torres ferozes, / forte por suas rochas inacessíveis, fervendo ao embate / do mar furioso e gemendo ao som de grutas soturnas. / Para o lado do ocaso onde se levanta pequena colina: / uma que outra palmeira ao longe a cobre de sombra / com seus verdejantes leques. Perto dessa colina / está

um alto rochedo talhado todo ao redor / pelo picão tenaz. Em cima do esguio rochedo / se eleva o baluarte altivo, prenhe de artilharia. / Mais além há uma pequena altura e à sua direita / uma cisterna, com casas dum lado e doutro, repleta de água. / Bombardas numerosas defendem as estreitas veredas. / Entre estas e a cisterna há enorme abertura, / onde as ondas remugem espumando de raiva. / Ponte de um pau dá estreita passagem por cima do abismo. / Transposto este, do lado da aurora esplandente, / depara-se um monte que parece subir às estrelas, / com escarpas a subir a pique em redor. É impossível / subir por aí ao cume, ou descer de lá para o baixo. / Um só caminho escarpado e estreito conduz à altura: talhou-o na pedra, à força de golpes teimosos / e muito suor, o duro picão dos Franceses. / E protegeu-o com baluartes de alvenaria. No cume / ergue-se a torre sob armação de grossos madeiros / defendida por bombardas e pela estratégia do posto: / O rochedo todo é inacessível e se lança às alturas / qual gigantesca montanha e inexpugnável penhasco. / (...)” (“De gestis Mendi de Saa”. Versos 2547 a 2573.)

Ao final da campanha, Mem de Sá relatou à Regente:

“Suposto que vi muito e li menos, a mim me parece que se não viu outra fortaleza tão forte no mundo. Havia nela setenta e quatro franceses ao tempo que cheguei e alguns escravos; depois entraram mais de quarenta dos da nau [capturada] e outros que

andavam em terra, e havia muito mais de mil homens dos que do gentio da terra, tudo gente escolhida e tão bons espingardeiros como os franceses.”

(Carta de Mem de Sá à Rainha-regente de Portugal, Catarina de Áustria (1557-1562), em 16 de Junho de 1560. RIHGB. Rio de Janeiro: Tomo XXVII Parte I, 1864. p. 13-15)

A excelência estratégica do local determinou que, posteriormente, ali fosse erguida uma nova estrutura defensiva pelos portugueses, a Fortaleza de São Francisco Xavier da Ilha de Villegagnon.

A ilha voltou a ser fortificada pelos portugueses em 1733, quando o Governador Gomes Freire de Andrade fez demolir o monte das Palmeiras, principiando a construção da Fortaleza de São Francisco Xavier da Ilha de Villegagnon.

Após a Independência do Brasil, a ilha foi transferida para a Marinha e, a partir de 3 de dezembro de 1843, passou a sediar o Corpo de Imperiais Marinheiros.

Em 1935, iniciaram-se as obras de construção das novas instalações da tradicional Escola Naval, sob responsabilidade da Marinha do Brasil, inauguradas em 11 de junho

de 1938.

ORIGENS DA ESCOLA NAVAL

A Escola Naval vai buscar as suas origens remotas à mítica Escola de Sagres, criada pelo Infante D. Henrique e à Aula do Cosmógrafo Mor, fundada em 1559 sob orientação do matemático Pedro Nunes.

A atual Escola Naval foi fundada em 1782 com a denominação de Academia Real dos Guardas Marinhas, instalando-se no Terreiro do Paço, em Lisboa. Esta academia tinha como função formar os oficiais da Armada Real.

Com a invasão napoleônica de 1807, a “Academia Real dos Guardas Marinhas” desloca-se para o Rio de Janeiro, juntamente com a família real portuguesa, em 1808. Como não existiam instituições de ensino superior no Brasil, a “Academia Real”, trazida com a corte, pode ser considerada como a primeira do país.

Em 1822, com a independência do Brasil, a academia divide-se em duas, uma portuguesa e outra brasileira. A academia portuguesa volta a instalar-se em Lisboa em 1825. A academia brasileira dá origem à Escola Naval do Brasil.



*Primeira sede da Escola Naval:
Mosteiro de São Bento*